

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES

ATA DE REUNIÃO – JULHO/ 2021

Aos 19 (dezenove) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 16:30h, em formato virtual (videoconferência) através de link de reunião do aplicativo ZOOM, fornecido pelo Gabinete da Secretaria Municipal de Transportes, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Transportes, designados pelo o Decreto Rio “P” nº 374 de 09 de julho de 2021, conforme lista de presença em anexo. A Presidente do Colegiado, a Secretária Municipal de Transportes, Maína Celidonio, deu boas vindas à nova composição do Conselho. Após breve introdução, informou os assuntos da pauta, a saber: - apresentação da visão de futuro da nova gestão da SMTR e apresentação da licitação do novo Sistema de Bilhetagem Digital. Assim, iniciou sua apresentação com um breve contexto sobre o transporte público na cidade do Rio de Janeiro: - a situação atual do Serviço Público de Passageiros por Ônibus - SPPO e do BRT; - o contexto do transporte público no Rio de Janeiro na pandemia; - a revisão do modelo de gestão e remuneração, mostrando o Modelo Atual de concessão integral e o Novo Modelo de Gestão – com separação de responsabilidades e melhor alocação de riscos. Anunciou a Visão de médio e longo prazo da SMTR, baseada na transparência e equidade nas receitas e despesas do Sistema de Transportes; o incentivo ao Transporte Ativo e “Zero Emissões”; a separação de responsabilidades entre os atores do Sistema de Transportes; o Transporte Público confiável, inclusivo e eficiente; assim concluindo, com esse conjunto, a visão de futuro da nova gestão da SMTR. Registrou que a intervenção do BRT foi uma necessidade, tendo em vista o estado crítico da manutenção dos articulados, a queda de demanda de cerca de 49% (quarenta e nove por cento) entre fim de 2019 e 2020; o alto índice de evasão, cerca de 20% (vinte por cento); a frota operante, à época da intervenção, de apenas 120 (cento e vinte) ônibus; o percentual de aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) de estações inativas; as más condições do pavimento, entre outros motivos que levaram ao estado crítico do BRT. A referida intervenção serviu como uma solução para o momento, com melhorias inquestionáveis, tais como o aumento de frota (hoje em torno de 190 articulados), reabertura de estações, o serviço do “diretão”, entre outros. O Representante do Fórum de Mobilidade Urbana, Sr. Licínio M. Rogério, questionou a Secretária Maína quanto à alteração da composição do Conselho e o calendário das reuniões, que se tornaram trimestrais, conforme o novo Decreto. A Secretária respondeu que considera ser adequada que as reuniões do Conselho aconteçam com periodicidade trimestral, para se discutir novos fatos. Quanto a renovação, colocou que toda renovação de um Conselho passa por exclusões e inclusões, registrou que as Instituições substituídas, serão chamadas para participar em outros Fóruns, Grupos de Trabalhos, de forma a serem contempladas de alguma forma. Ressaltou que a alteração do Conselho é uma prerrogativa da Secretaria. Continuando, Sr. Licínio registrou que a representação da Sociedade Civil no Conselho é muito pequena, tendo somente o Fórum de Mobilidade, a Casa Fluminense e a Associação Transporte Ativo, e que a Sociedade Civil tem que participar do planejamento e da fiscalização, segundo a Lei Federal de Mobilidade. Além dos órgãos apontados, a SMTR informou que o Decreto Rio “P” nº ,374 de 09 de julho de 2021 lista o CREA- RJ, o Observatório das Metrôpoles e o ITDP como representantes da Sociedade Civil no Conselho. Seguindo a pauta, a Presidente do Colegiado fez uma apresentação sobre a Licitação da Nova Bilhetagem Digital. Registrou que já foram feitas apresentações para o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, para a Comissão de Transportes, aos operadores cabritinhos (STPC), vans (STPL), concessionários e VLT. Houveram reuniões com



o Metrô e a Supervia sobre a matéria. O Sr. Licínio solicitou que seja feita uma apresentação à sociedade civil. Continuando, a Secretária Maína informou que será realizada uma coletiva de imprensa, com o Prefeito, no próximo dia 20, e que estão agendadas duas Audiências Públicas, uma no dia 12 de agosto de 2021 na Câmara Municipal e a segunda, on-line, no dia 16 de agosto de 2021, nas quais a Sociedade Civil participará. Discorreu sobre o contexto e os objetivos da Licitação Digital, registrando que atualmente o sistema de bilhetagem é operado pela Riocard, e que existe um estigma da “caixa-preta”, visto que a SMTR não tem acesso ao banco de dados completos e nem acesso aos dados em tempo real, tornando impossível de se dimensionar o eventual déficit do sistema e oferecer subsídios. Informou a aprovação da Lei 6.848/2021, pela Câmara Municipal, que coloca a bilhetagem como um serviço de titularidade do Município e não mais dos operadores, sendo provido diretamente ou através de uma licitação. Informou os objetivos da Licitação, a saber: - ter um serviço mais amigável para o usuário; - transparência financeira, baseada em dados confiáveis; - a separação de responsabilidades; - maior poder regulatório por parte do município e; - uma estruturação financeira e garantias. Registrou que a bilhetagem não é Política Tarifária, sendo a integração e a gratuidade políticas executadas por meio da tecnologia de bilhetagem, e que a mesma objetiva arrecadação de tarifas e monitoramento da demanda, onde a reponsabilidade pelo controle da arrecadação e distribuição de pagamentos será da Prefeitura. Terá uma redução do uso do dinheiro a bordo dos veículos e em pontos de venda físicos. Registrou que a transformação digital do sistema facilitará a vida do usuário, pois terá a aceitação de múltiplos meios de pagamento, vários canais de atendimento, com a aceitação de todos os cartões em qualquer outro modal, tendo integração com Bike Rio, Taxi Rio, futuro Rio Rotativo e um controle de conta via aplicativo. A Prefeitura poderá acompanhar a arrecadação tarifária, aprimorar o monitoramento da demanda, controlando fraudes, podendo realizar atualizações remotas, e terá flexibilização e agilidade quanto a implantações de novas políticas tarifárias e retirando gradualmente o dinheiro de circulação. O Sr. Marcelo Feitoza, representante da Supervia, questionou se existe um interesse da Prefeitura em usar as informações da base de dados que será oferecida pelo processo da nova bilhetagem, para ajustar, quando necessário, a matriz de transporte. A Secretária Maína informou que sim, onde a idéia é poder replanejar a rede, baseada nesses dados, e ter uma ferramenta robusta para atualização da rede. Informou ainda, que está sendo criado o SIGMOB, que é uma base de dados digital que cadastrará todas as linhas, todos os pontos, todas as vagas do sistema Rio Rotativo, e que a idéia é criar tudo nesse mesmo ambiente, pois quando tiver os dados de demanda de passageiros será possível saber, exatamente, o que acontece com a mobilidade da cidade quando se muda o traçado de uma linha. O Sr. Miguel Bahury, representante do CREA-RJ, perguntou se os pagamentos feitos com vale transporte estão absorvidos pela bilhetagem eletrônica. A Presidente do Colegiado informou que sim e que o concessionário vai poder prover o serviço de vale transportes, mas os cartões terão que ser trocados dependendo da inoperabilidade ou não. Sr. Miguel Bahury registrou que seu questionamento é devido ao art. 85 das disposições transitórias da Constituição Estadual onde determina que a emissão, a distribuição e a comercialização dos vales transportes sejam feitas pelos empresários de ônibus, entende que por um lado a Prefeitura está tentando uma autonomia da gestão, mas de outro esbarra com essa questão jurídica, assim questiona como será administrado esse conflito de interesses. A Sra. Viviane Zampieri, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, colocou sua dúvida como usuária, relatou que atualmente o usuário pega uma linha e quando passa no validador é informado outro número de linha, perguntando quem e como será realizada uma fiscalização para que esse tipo de transtorno não aconteça. A Secretária, primeiramente, respondeu a Sra. Viviane, afirmando que o concessionário terá uma remuneração sujeita a penalidades, tendo um índice de

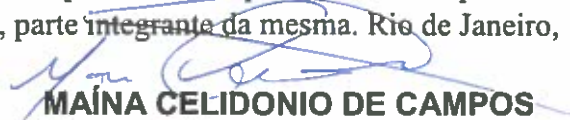
desempenho que será medido trimestralmente, onde poderá perder parte de sua remuneração fixa em 3% (três por cento), por meio de penalidades que podem chegar a 0,5% (meio por cento). Além disso, a concessionária vai ter a sua própria Ouvidoria e a SMTR terá uma Ouvidoria específica para Bilhetagem. Essas serão as formas de fiscalização da Secretaria. Em relação à pergunta quanto a questão jurídica, do Sr. Miguel Bahury, a Secretária comentou que toda mudança feita em um sistema se passa por momento de atritos jurídicos, esclarecendo que foi aprovada uma Lei Municipal, na Câmara dos Vereadores, por unanimidade. Existe uma legislação antiga onde se tem um entendimento de que quem fazia a Bilhetagem eram os operadores, mas existe uma forma muito clara que esse entendimento mudou, várias cidades já possuem sua própria bilhetagem, feita de uma forma independente, assim a Prefeitura está muito tranquila quanto a essa tese jurídica, baseada em entendimentos mais modernos de como deve ser gerido o sistema de transportes com transparência e com suporte jurídico da Procuradoria Gerl do Município. A matéria também foi bem conversada com os operadores. Sr. Licínio registrou que a Lei Federal sobrepõe a Lei Municipal. A Secretária informou que já houve reunião com o Ministério Público e existem pareceres da Procuradoria Geral do Município quanto a matéria. Continuando, apresentou a contratação proposta, informando ser uma concessão com um prazo de 10 (dez) anos, com remuneração fixa (perdendo por punições por desempenho). Continuando, informou que a adoção do critério de julgamento, da concorrência, será por maior outorga, onde está previsto uma outorga mínima de 60 (sessenta) milhões de reais. Discorreu sobre a operação, o sistema e tecnologia, a homologação dos validadores e a arrecadação centralizada quanto à contratação. A Prefeitura sabe que o importante para o usuário é a interoperabilidade, assim apresentou as diretrizes para a integração entre os sistemas de bilhetagem. Registrou que o usuário convive com outros três cartões, como o MetrôRio, a Supervia e o Riocard, com isso no Termo de Referência e no Edital constam diretrizes para a interoperabilidade. Discorreu, ainda, sobre a interoperabilidade entre emissores e as diretrizes gerais, expondo a comercialização e atendimento, diretrizes financeiras e técnicas. Apresentou como será o funcionamento para os usuários, para as empresas adquirentes de vale transportes e para os Operadores do Sistema. Explanou sobre a capilaridade da Rede de Vendas, apresentando o mapa dos postos. Quanto aos operadores, o novo sistema irá exigir que os validadores tenham novas funcionalidades, explicou como funcionará a gestão financeira, a distribuição tarifária e a transição quanto ao início da operação. Registrou um ponto muito importante, a taxa de administração da bilhetagem será igual para todos, pois hoje os operadores pagam taxas diferenciadas, o BRT paga 2% (dois por cento), os ônibus pagam 4,6% (quatro virgula seis por cento), as vans 8% (oito por cento) e o VLT 3,6% (três virgula seis por cento). Com a Bilhetagem Digital terá uma uniformização da taxa, que será de 3% (três por cento) para todos. Quanto ao sistema e tecnologia da Bilhetagem Digital, a Secretária discorreu sobre os equipamentos, o sistema de controle operacional e a gestão financeira. Concluindo, apresentou os próximos passos, informando o cronograma da licitação, a seguir: 20 de maio/2021 – coletiva de imprensa com o Prefeito; 21 de julho/2021 – publicação, no Diário Oficial, do chamado para a Audiência Pública; 12 de agosto/2021 – audiência pública na Câmara dos Vereadores; 16 de agosto/2021 – audiência pública on line e 30 de agosto/2021 – publicação do Edital e envio para o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, esperando abrir os envelopes 30 (trinta) dias depois. Informou que no próximo dia 21, o Termo de Referência estará disponível na página da SMTR, onde críticas e elogios são contribuições e serão bem vindos. Esta apresentação será compartilhada a todos. A Presidente do Colegiado concedeu a palavra ao Sr. Licínio Machado. O representante do Fórum Permanente de Mobilidade Urbana – FMU-RJ, registrou a ótima reunião do Conselho mas está insatisfeito com o encontro do Colegiado ser trimestralmente.

Justificou que o Conselho Municipal de Transportes deveria ser um órgão dinâmico e participante, obedecendo a Lei Federal de Mobilidade onde diz que o usuário tem o direito de participar do planejamento, e o Conselho só está tomando conhecimento desse novo sistema na data de hoje, ressaltou ser um belo trabalho mas volta a insistir da participação da sociedade civil. Quanto as reuniões do CMTR sugeriu que seja agendado um dia fixo, como na gestão anterior que era sempre na última quarta feira do mês. Informou ter várias dúvidas, a saber: - como vai ser resolvido a situação das vans ilegais que tomam conta da zona oeste e estão chegando na zona sul; - a questão dos contratos com os operadores de ônibus, pois para haver o sistema de bilhetagem eletrônica hoje apresentado, tem que ter o encerramento dos contratos atuais de concessão devido ao item existente, referente a operação de bilhete único; - existe uma ação do Ministério Público pedindo a caducidade dos contratos de concessão; - a questão da frota, pois existe uma ação da justiça quanto ao inventário da mesma; são vários assuntos que deveriam estar na página de transparência da mobilidade da SMTR, essa página deve ser atualizada. Tem que ser discutido o que vai ser feito com o Gasômetro em relação a integração do corredor Transbrasil com o VLT, questionando se vai haver alguma integração com o Metrô e os trens ou se vai ser uma terceira perna. Registrou que existe um problema na Transparência em relação aos GPS dos ônibus pois está atrasado desde que acabou o horário de verão. O GPS não muda o itinerário automaticamente, são coisas básicas que não entende o porque estão desse jeito, os dados devem ser on line. A Secretária informou que os dados são on line e atualizados de hora em hora. Continuando, Sr. Licínio, questionou como serão realizadas essas novas discussões, se o Conselho vai participar ou se vai ser comunicado daqui a 03 (três) meses. Afirmou que esse novo sistema foi discutido com os operadores, cabritinhos, com todos mas a sociedade civil não foi chamada para essa discussão. Reclamou que ele e os outros membros, representantes da Sociedade Civil no CMTR, foram os últimos a saberem da matéria. Sr. Licínio propôs uma reunião somente com a Sociedade Civil para discussão quanto a falta de ônibus nas regiões, pois recebe muitas reclamações quanto a matéria. A Presidente do Colegiado informou, que em relação aos contratos de concessão referente a operação de bilhetagem, os mesmos sofrerão alteração, sendo retirada essa operacionalidade. Sr. Licínio questionou se o Rio Ônibus concordou. A Secretária Maína informou que pode ser feita unilateral ou bilateral e que o Rio Ônibus foi informado por ela mesma. Sr. Licínio registrou que soube que vão ter novas discussões quanto a frota determinada em outras áreas, começando pela Zona Oeste, tem a situação da integração com as barcas e as mudanças das linhas de ônibus na Ilha do Governador. A Secretária Maína pediu que fosse passada a palavra para os demais presentes na reunião. O Assessor da Secretária Maína, Sr. Manuel Camillo Osorio, membro suplente da SMTR no CMTR, pediu a palavra onde perguntou ao Sr. Licínio se ele conhece a página da transparência da mobilidade no site da SMTR. Em seguida, apresentou o site a todos os presentes, mostrando os dados disponíveis. Inclusive as melhorias no BRT. Registrou a importância de mostrar o feito notável, da equipe da atual gestão, em tão pouco tempo. O Sr. Juciano Rodrigues, representante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles – INCT Observatório das Metrópoles, perguntou onde acessa os dados brutos no formato CSV na transparência da mobilidade. O Sr. Manuel respondeu que em relação as planilhas CSV é feito um ofício solicitando a Riocard que nos passe os dados D+5 e D+40, onde recebemos esses dados brutos. A Secretária Maína registrou a existência de um projeto para que essas informações sejam inseridas no Dados.Rio, que é um canal da Prefeitura, um depósito de dados. O Sr. Isaque Regis Ouverney, representante da FIRJAN, parabenizou a Secretária pelo trabalho apresentado, registrou sua dúvida em relação ao processo que o Estado do Rio de Janeiro também está correndo sobre a modelagem de seu sistema de Bilhetagem, questionando se a Secretária Maína

tem algum detalhe sobre a possibilidade de integração de bilhetagem entre o Município e o Estado. A Sra. Maína explicou que quando começou esse processo houve uma conversa com o Estado para se unirem, sendo que o Município tem pressa para realizar essa licitação, para destravar vários problemas, e o Estado está em um processo mais lento, junto ao BNDES, cuja a previsão para o início da licitação é em outubro do ano que vem, sendo inviável para a Prefeitura esperar. Mas está inclusa uma diretiz de interoperabilidade, caso o Estado apresente um outro sistema. A representante da SMAC, Sra. Viviane, parabenizou a apresentação e registrou que participa do Conselho desde 2018 e que entende as preocupações do Sr. Licínio, bem como entende que a presente reunião é focada na situação da Bilhetagem Eletrônica, ressaltando que seria interessante, para a Secretaria de Transportes, como sugestão, que haja uma conversa com o todo Conselho e seja aberto para votação a periodicidade das reuniões, porque não se tem, somente, o assunto Bilhetagem Eletrônica a ser tratado. Existem muitos assuntos, o que foi primordial e ficou pendente em reuniões anteriores foi o Sistema Aquaviário, por exemplo. Agradeceu e parabenizou a Secretária pelo trabalho, colocou que realmente estava precisando dessa situação mas afirma que a periodicidade das reuniões está insatisfatória para o tanto de problemas que sabemos existir e o principal deles, atualmente, é o de mobilidade urbana. A Secretária Maína agradeceu sua colocação, registrou a sugestão e disse que vai pensar, informando que a SMTR está com uma demanda muito grande de trabalho, mas que vai reconsiderar. A Sra. Leticia Bartolon, representante do ITDP, primeiramente parabenizou a apresentação registrando que foi apresentado um material um bastante completo e complexo para atacar um problema mais complexo ainda. Reforçou os pontos dos colegas, em relação às reuniões do Conselho Municipal de Transportes, acha importante entender melhor o funcionamento da retomada do Conselho, para que todos possam se programar e se preparar dependendo do tipo de interação que os Membros terão no Colegiado. Quanto à apresentação, sentiu falta de um cronograma, uma expectativa de tempo curto, médio e longo prazo para essa troca total do sistema, a partir do início. Perguntou se já existe algum desenho de começo do processo. A Secretária Maína informou que o início da licitação ocorre no final de setembro com lançamento do Edital, no mês de outubro abre os envelopes tendo um ganhador, com a assinatura do contrato acontecendo entre os meses de dezembro e janeiro/2022. A idéia é que esse novo Operador, entre 0 a 3 meses, esteja colocando a conectividade mínima, a colocação do chip em todos os validadores e criando a fase 1 de capilaridade que é de aproximadamente 1 (um) ATM (máquinas) para cada 5.000 habitantes, com a abertura dos 16 postos presenciais, começando a operar em 03 (três) meses. Entre 3 a 6 meses teremos a coexistência com o sistema atual, da forma de dar tempo ao usuário utilizar seus créditos, em caso de não haver portabilidade. A ideia é ter em até 1(um) ano todos os validadores trocados e com todas as funcionalidades funcionando, e na fase 2 de capilaridade dos postos de venda. Em 1(um) ano e meio, a idéia, é tirar o dinheiro de circulação do ônibus. O Sr. Mauro Sérgio Amorim, da Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida - SEMESQV, registrou que atualmente o sistema de cartão do idoso é muito ruim, assim questionou qual a diferença do sistema atual para o novo sistema na situação dos idosos. Sr. Licínio questionou também em relação as demais gratuidades, dando o exemplo dos cegos, onde os mesmos possuem três cartões, o do MetrôRio, da Supervia e o Riocard, não existindo uma integração de arquivo. O Sr. Diego Garcia, do METRÔ-RIO, ressaltou que no Metrô, os que possuem gratuidade não precisam ter o cartão, se dirigindo a linha de bloqueio, os Operadores permitem o livre acesso, não tendo a obrigatoriedade do cartão, afirmando que em todas as estações tem Operadores para atenderem a gratuidade. A Presidente do Colegiado informou da necessidade de ser feito um cadastro dos usuários, visto que hoje a Riocard tem o cadastro e a SMTR homologa a gratuidade. No novo modelo, o usuário retirará

seu cartão em um dos postos de atendimento ou baixando o aplicativo, tendo sua gratuidade garantida. Registrou que mesmo com a interoperabilidade o usuário terá que pegar um novo cartão. Comentou que gostaria que a RioCard passasse o cadastro de todos os usuários para a SMTR, o que facilitaria e agilizaria muito o início da operação, registrou que esse pleito será feito. Continuando, o Sr. Mauro Sergio ressaltou que, na verdade, a dificuldade para o idoso é no atendimento. O Assessor Manuel Camillo explicou que atualmente existem apenas 04 (quatro) pontos de atendimento para gratuidades e no novo sistema a ideia é que se tenha atendimento a gratuidade nos 16 (dezesesseis) pontos fixos. O Sr. Felipe Nin, Assessor da Vereadora Tainá de Paula, informou estar acompanhado a reunião do Conselho pela primeira vez e parabenizou a Secretária pelo trabalho sobre a bilhetagem, registrou ser bem importante esse trabalho e acha importante, também, o espaço do Conselho para acompanhar os pontos já colocados anteriormente, reforçando o pedido para que se tenha uma frequência de encontros. Informou que é de São Paulo e mora no Rio de Janeiro faz alguns anos, tendo a experiência de acompanhar duas cidades grandes com sistemas complexos de transportes. Percebeu que em São Paulo, o bilhete único foi muito apropriado pela população e que no Rio de Janeiro tem a sensação de que não é tão apropriado, principalmente, para aquela população que tem menos facilidades para fazer a recarga. Seria interessante saber como vai ser esse processo, já que o objetivo é cada vez se ter menos pagamento em dinheiro e também a forma de acessar, muitas vezes, as informações do sistema, somente pelo celular, pelo QR Code, os quais, ainda, são tecnologias de pouca familiaridade por muita gente. O Sr. Manuel registrou que gostaria que todos os novos ATMs possam imprimir e realizar trocas de cartões, além de realizar consulta de saldos. Ressaltou que essas máquinas serão pagas pelo Concessionário de Bilhetagem. A Secretária explicou que a ideia não é limitar os meios de pagamentos e sim adicionar funcionalidades, logo continuará existindo o cartão de plástico tradicional, uma vez que as pessoas já estão acostumadas. Inclusive, os turistas poderão passar o seu cartão de crédito. O Sr. Thales Mesentier, do mandato do Vereador Tarcísio Motta, parabenizou a Secretária pela apresentação, registrando que, na sua opinião, muitos elementos que estavam na apresentação vão em uma direção de importância para o sistema, com uma garantia de maior independência e maior capacidade de gestão da Secretaria. Registrou que reforça o *quorum* do Conselho, pois o Rio de Janeiro é uma cidade de muita complexidade. Quanto ao novo sistema de bilhetagem, entendeu que o mesmo vai monitorar a posição dos validadores, perguntou se isso significa se o monitoramento de frota passará a ser feito pelo referido sistema ou se continuará através do sistema GPS e registrou que a Secretária mencionou que fará o uso dos dados para fazer o planejamento da frota, mas acha que a SMTR tem que ter em mente que um dos problemas muito recorrentes ao fazer o planejamento da oferta, a partir dos dados do sistema de bilhetagem, é que esses dados não pegam a demanda reprimida, questionando como a Secretaria está pensando incorporar esses elementos da demanda reprimida já que não vão estar expressos nos dados da bilhetagem. Complementando, o Sr. Licínio deu os parabéns pelo funcionamento do GPS onde se tem as 30 informações dadas de hora em hora. Respondendo, a Secretária Maína informou que o GPS estará dentro do validador, o que resolve muitos problemas. Registrou que por estarem integrados, ajuda muito na qualidade dos dados. Tem a consciência que esses dados não bastam, mas já é um grande avanço em relação aos que se tem hoje. Para se ter dados de uma demanda reprimida são necessárias pesquisas domiciliares, de origem x destino, as quais são extremamente caras e devem ser feitas com muito cuidado. É de opinião que são muito importantes e que deveria se ter a pesquisa origem x destino a cada 10 (dez) anos. O Sr. Vitor Cruz, representante do VLT, pediu a palavra, para tecer comentários de alguns registros colocados pelo Sr. Licínio. Em relação às multas aplicadas aos usuários no VLT, cada pessoa tem que usar um cartão, assim garante o seu direito ao benefício de integração,

inclusive porque o VLT conta com a RioCard. Quem aplica as multas no VLT é o Poder Público através da Guarda Municipal, seja para brasileiros ou estrangeiros e, o guarda municipal, diante da ocorrência, tem condições de avaliar a situação e diante de seu processo legal, estabelecendo a melhor forma de aplicar a sanção, seja orientativo ou através de multa. Está registrando esses pontos para que fique bem esclarecido, são ações de que devem ser bem divididas, pois as vezes um cometário mal colocado parece ser um mal estar que o VLT está causando, e ainda registrou que foram feitas várias parcerias e investimentos para mitigar ao máximo essas situações mas, infelizmente, acaba esbarrando em limitações do sistema RioCard. Em relação as máquinas ATM, explicou que o VLT é um operador de transporte onde não teria uma obrigação de desenvolvimento com as mesmas, mas assim mesmo investiu dinheiro no desenvolvimento e aprimoramento das ATM por entender a necessidade/dificuldades dos usuários. Hoje, existe um sistema de monitoramento on-line que garante uma confiabilidade de quase 100% (cem por cento), onde a equipe consegue perceber se existe máquina inoperante, direcionando equipes para atuação da melhor forma possível”. Registrou que sistemas falham, assim sendo possível que se tenha dificuldade em um caso ou outro. Concluindo, registrou da importância de se entender algumas particularidades e a complexidade do sistema, mas ainda assim o VLT consegue garantir um bom serviço ao usuário. Sr. Licinio colocou que só registrou os problemas que o VLT passa. O representante do Metrô Rio, Sr. Diego Garcia, tem dúvidas se os estrangeiros são os mais afetados pois em muitos lugares do mundo é necessário ter o cartão, logo já existe essa cultura. Quando necessário, a modernização da bilhetagem é importante que se tenha informações a disposição de todos, para que não haja incorrência no erro involuntário. Com a presente modernização da Bilheteagem talvez essa seja uma das premissas necessárias. A Presidente do Colegiado anunciou que agendou a próxima reunião para 25 de agosto de 2021, antes dos 3 (três) meses, informou sobre o grupo do whatsapp e o email do Conselho: cmtr.smtr@gmail.com. A Sra. Letícia, representante do ITDP, perguntou se a apresentação será disponibilizada e se terá uma ata da reunião. A Secretaria respondeu que sim. Foi concedida a palavra a Secretária Executiva do Colegiado, Sra. Andréa Gallo, que informou sobre a elaboração da Ata, a qual é encaminhada através de e-mail e whatsapp para todos os representantes do Conselho, explicou que o email que a Secretária Maína informou é exclusivo do Colegiado. O Sr. Miguel Bahury, do CREA-RJ, parabenizou a Secretária e sua equipe pelo trabalho excelente, pela disposição e pelo empenho, afirmando que se essa questão da Bilheteagem Eletrônica der certo, vai valer o mandato, pois é uma questão histórica. Perguntou qual a previsão da Secretaria aderir o Sistema de Notificação Eletrônica do Denatran. A Secretária Maína respondeu que o Detran-RJ não está fazendo mais esse Convênio e para a Prefeitura aderir seria via Detran. Explicou que o sistema CITRAN, utilizado pela Prefeitura, é antigo, o que não permite essa integração. O Sr. Miguel Bahury informou que o CREA encaminhou Ofício ao Detran e a SMTR a respeito da matéria. Finalizando, a Secretária Maína agradeceu a todos os presentes, informando que será revista a periodicidade das reuniões bem como a questão da pauta, sendo encaminhado, a todos, por email e/ou whatsapp. Nada mais havendo a tratar, a Secretária Municipal de Transportes, Presidente do Colegiado, Maína Celidonio de Campos, deu por encerrada a reunião e eu Andréa Gallo, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pela Presidente, tendo a lista de presença anexada, parte integrante da mesma. Rio de Janeiro, 19 de julho de 2021.



MAÍNA CELIDONIO DE CAMPOS
Presidente do Conselho Municipal de Transportes
Secretária Municipal de Transportes